



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

Realização de Pregão Eletrônico para contratação da cessão temporária de direito de uso de licenças do software BIM, da Autodesk – o REVIT - período de 1 (um) ano.

2. Fundamentação da Contratação

Esta contratação atende a orientação quanto a implementação do sistema BIM (Building Information Modelling ou Modelagem das Informações da Construção) dispostas no Decreto n. 10.306/2020 e artigo 19, § 3º da Lei 14.133/2021.

A contratação do software fornece instrumentos de trabalho condizentes com as necessidades atuais, em termos de redução de custos, eficiência e produtividade, assim como compatíveis com as exigências nos setores público, para as áreas de Arquitetura, Engenharia e Construção do Tribunal.

3. Descrição da solução

Assinatura de cessão de uso para 2 (duas) licenças, período de 1 ano do software Autodesk Revit (versão 2025).

- Marca: Autodesk
- Compatibilidade de Sistema Operacional: Windows 10 e 11 de 64 bits;
- Licença de aluguel por 1 (um) ano;
- Revit 2025;
- Instrumentos necessários para instalação e funcionamento.

3.1. Estudo Técnico Preliminar

- Estudo Técnico Preliminar, PAE n. 2.952/2025.

3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Autodesk Revit, versão 2025.

3.3. Códigos SIASG

27502

4. Requisitos da contratação

O software deverá possuir as seguintes ferramentas:

Conjuntos de ferramentas de modelagem para arquitetura:

- Paredes, pisos, telhados, forros, colunas;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Famílias de componentes, tais como portas, janelas etc
- Opções de projetos (etapas, reformas etc)
- Ambientes e áreas
- Modelagem do terreno;
- Escadas e rampas;
- Corrimãos;
- Estudos de massa.

Conjuntos de ferramentas de modelagem para estrutura:

- Paredes estruturais, laje de piso;
- Parede de fundação estrutural e isolada;
- Colunas da fundação, vigas e contraventamentos;
- Colunas inclinadas;
- Trelças;
- Conexões de aço;
- Armadura, modelagem de vergalhões.

Conjunto de modelagem de MEP (projetos de instalações)

- Sistema de dutos HVAC;
- Equipamento mecânico;
- Sistemas hidráulicos e de tubulações;
- Peças de fabricação;
- Sistemas elétricos e de iluminação.

Conjunto de modelagem de construções

- Peças;
- Montagens.

Conjunto de modelagem avançada

- Criar grupos para elementos repetidos;
- Ambiente de editor de família;
- Envio de conteúdos do Revit ao FormIt Pro;
- Modelagem no local;
- Pisos e telhados editados com forma;
- Parâmetros globais;
- Massas conceituais, componentes adaptativos.

Colaboração

- Cloud Models for Revit;
- Compartilhamento de trabalho (ambiente multiusuário);
- Verificação de interferência, copiar/monitorar;
- Coordenadas compartilhadas entre os projetos
- Revit Server;
- Vista compartilhada.

Simulação e análise

- Análise de área;
- Análise de rota;
- Análise de sistemas MEP;
- Energy Optimization for Revit;
- Análise de iluminação com o Autodesk Rendering;
- Análise solar;
- Estudos de sol e sombra;
- Modelo analítico estrutural;
- Exploração dos resultados da análise estrutural;
- Análise estrutural.

Apresentação e visualização

- Linhas de esboço;
- Sombras e sombras de ambiente;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Simulação de profundidade arquitetônica;
- Elementos deslocados;
- Estilo de vistas realistas;
- Ortogonal, perspectiva, passeios virtuais;
- Suavizar linhas com suavização de serrilhado;
- Seleção de oclusão;
- Renderização na nuvem;
- Materiais fotorrealistas;
- Renderização no produto;
- Decalques;

Suporte e estabilidade

- Automação de atualizações e notificações;
- Inclui service packs, atualizações;
- Suporte hardware certificado;
- Suporte telefônico dedicado disponível;
- Comunidade de usuários;
- Guias, tutoriais e centro de treinamento
- Acesso a versões de anos anteriores;
- Personalização de instalações para o TRE-SC;
- Implantação em rede;

Interface do usuário

- Menu personalizar, interfaces da faixa de opções;
- Faixa de opções contextuais;
- Bibliotecas de famílias;
- Editar, imprimir conjunto de desenhos lógicos;
- Carregar navegador da família Autodesk
- Experiência personalizada do usuário.

Documentação

- Linhas de detalhes 2D e componentes de detalhes 2D;
- Acompanhamento da revisão;
- Dimensionamento, identificação, anotação e texto;
- Fase;
- Tabelas, levantamento de material;
- Imagens de forma de vergalhão;
- Tabelas incorporadas;
- Tabelas de painéis;
- Relatórios de perda de pressão de dutos e tubulações;
- Visualizar filtros;
- Tabelas gráficas de colunas.

Interoperatividade

- Formato de arquivo DWG, DXF;
- Imagens (JPG, JPEG, BMP, PNG, TIFF;
- IFC;
- DWG, DXF, DGN, DWF, DWFx;
- Passeios virtuais e imagens FBX, NWC;
- Relatórios de ambiente/área, tabelas;
- Arquivos Rhino 3DM e FormIt AXT vinculados;
- Importar, exportar PDFs;
- DGN, SketchUp, revisão DWF;
- Nuvem de pontos;
- SAT, ADSK, gbXML, ODBC, tipos de família;
- Abrir, editar todos os tipos de arquivo do Revit;
- Vincular arquivos do Revit;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- SAT, ADSK, gbXML, ODBC, tipos de família.

Gerenciamento de dados

- Abrir, editar todos os tipos de arquivo do Revit
- Vincular arquivos do Revit;
- Identificar e tabular elementos em arquivos vinculados
- Copiar/colar elementos a partir de vínculos
- Personalizar a visibilidade de modelos vinculados
- Trabalha com dados não nativos
- Design generativo no Revit
- Acesso à Autodesk App Store
- Kit de desenvolvedores de software (SDK)
- Complementos de API de terceiros
- Macros
- Dynamo for Revit

5. Modelo de execução do objeto

Rotinas de Execução:

- Os itens deverão ser entregues (disponibilizados) via download, devendo o link e demais instruções serem enviados para ci-seea@tre-sc.jus.br.
- A Contratada deverá, também, informar o canal oficial para suporte.
- Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle.
- As licenças relativas ao contrato devem ser disponibilizadas no prazo estabelecido no subitem 5.1, devendo a Contratada, durante a vigência do contrato, prestar todo o suporte necessário para a instalação.

Mecanismos formais de comunicação:

- Para comunicação formal, a Contratante poderá utilizar, para primeiro contato, o e-mail institucional de qualquer pessoa usuária(o) do software cujo domínio seja “@tre-sc.jus.br” e e-mail oficial apontado pela Contratada.
- Deverá ser disponibilizada central de atendimento para abertura de chamado de suporte técnico, em dias úteis (de segunda-feira a sexta-feira), em horário comercial (das 8h às 18h), com indicação de telefone, e-mail ou site para abertura de chamados..

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança:

- A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela Contratante a tais documentos.

5.1. Prazos

O acesso ao software deverá estar disponível em até 5 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da nota de empenho.

Deverá ser indicado, formalmente e por escrito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da nota de empenho, um preposto da Contratada, conforme disposto no subitem 5.8.3.

5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

A entrega poderá ser realizada por meio do “serial number” com acesso à licença, ou por mídia física.

O local da entrega será na Seção de Engenharia e Arquitetura/CI.

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, localizado na Rua Esteve Júnior, 80. Florianópolis – SC

As licenças serão instaladas nos computadores dos servidores, pela equipe técnica de TI do TRE-SC, conforme indicação da Coordenadoria de Infraestrutura/SIS.

5.3. Recebimento provisório e definitivo

a) O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada.

5.4. Pagamento

O pagamento será realizado depois do recebimento definitivo, inclusos no valor contratado quaisquer outras despesas e demais impostos inerentes à contratação.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

5.5. Garantia do objeto

- Deverá ser garantido suporte técnico para a instalação, configuração e operacionalização das licenças do software.
- O suporte será prestado pelo fabricante do produto Autodesk.
- Deverá ser disponibilizada central de atendimento para abertura de chamado de suporte técnico, em dias úteis (de segunda-feira a sexta-feira), em horário comercial (das 8h às 18h), com indicação de telefone, e-mail ou site para abertura de chamados.
- O período de suporte deverá ser de 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto, e deverá abranger atualizações e correções de versões, incompatibilidades com o *Windows*, bugs ou outros erros de execução que impeçam a utilização das funcionalidades do software REVIT.

5.6. Vigência da contratação

A contratação terá vigência a partir da emissão da nota de empenho até o término da vigência de 1 (um) ano da subscrição das licenças.

5.7. Obrigações da Contratante

- 5.7.1. Prestar todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa realizar os serviços objeto deste Termo de Referência dentro das especificações exigidas;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 5.7.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA através da Fiscalização, a quem caberá registrar em livro, documento ou sistema próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas, senões ou defeitos observados;
- 5.7.3. A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual;
- 5.7.4. Solicitar à CONTRATADA a retificação de qualquer serviço prestado cujo padrão de qualidade esteja fora das especificações contidas neste Termo de Referência;
- 5.7.5. Efetuar o pagamento em parcela única, após o recebimento definitivo, devendo a Nota Fiscal/Fatura ser atestada pela Seção de Engenharia e Arquitetura do TRE-SC.

5.8. Obrigações da Contratada

- 5.8.1. Executar o objeto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 5.8.2. Disponibilizar o acesso ao software em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho;
- 5.8.3. Indicar formalmente e por escrito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da nota de empenho, junto à Contratante, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a Contratada, principalmente no que diz respeito à eficiência e agilidade da execução do objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.8.4. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Gestão da Contratação, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.8.5. Reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, preposto ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela Contratante;
- 5.8.6. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.8.7. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.8.8. Quando especificado, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.8.9. Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecidos pela Lei n. 13.707, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de proteção de dados pessoais – LGPD);
- 5.8.10. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços, sem a prévia autorização da Contratante;
- 5.8.11. Não fazer uso das informações prestadas pela Contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;
- 5.8.12. A contratada deverá entregar manuais técnicos originais do software em meio digital, no momento da entrega dos produtos. A Contratante se reserva o direito de imprimir os manuais fornecidos em meio digital para utilização em suas dependências, quando conveniente;
- 5.8.13. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazos e demais requisitos constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, no que couber;
- 5.8.14. A contratada deverá prestar suporte à instalação dos softwares, a qualquer momento dentro da vigência do contrato;
- 5.8.15. A contratada deverá prestar suporte à instalação do software, a qualquer momento dentro da vigência do contrato;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.8.15.1. deverá ser garantido suporte técnico para a instalação, configuração e operacionalização das licenças do software;

5.8.15.1.1. o período de suporte deverá ser de 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto, e deverá abranger atualizações e correções de versões, incompatibilidades com o Windows 11, bugs ou outros erros de execução que impeçam a utilização das funcionalidades do software REVIT;

5.8.15.2. deverá ser disponibilizada central de atendimento para abertura de chamado de suporte técnico, em dias úteis (de segunda-feira a sexta-feira), em horário comercial (das 8h às 18h), com indicação de telefone, e-mail ou site para abertura de chamados;

5.8.15.3. o suporte será prestado pelo fabricante do produto Autodesk.

5.8.16. A Contratada deverá possibilitar, para cada licença, a instalação do software em mais de uma máquina, mesmo que impedido de uso simultâneo, em virtude do regime de trabalho instituído.

5.9. Transferência de conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

5.10. Direitos autorais

Não se aplica a esta contratação.

5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução

Não se aplica a esta contratação.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. Gestor de contrato

6.1.1. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;

b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico e administrativo;

h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexecução ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

d) informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

e) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

g) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo;

i) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
- b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico;
- f) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e
- g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.2. Gestão e fiscalização

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Seção de Engenharia e Arquitetura
Fiscal técnico	Seção de Engenharia e Arquitetura
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

6.3. Instrumentos Formais

Considerando que o valor da contratação é inferior ao limite estabelecido no art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021, a mesma será formalizada por meio de nota de empenho, conforme entendimentos do Conselho da Justiça Federal, externado no 2º Simpósio de Licitações e Contratos da Justiça Federal, por meio do Enunciado n. 26, e da Advocacia-Geral da União, nos termos da Orientação Normativa AGU n. 21/2022, e decisão da Secretaria de Administração e Orçamento à fl. 28 dos autos do PAE n. 3.368/2024.

6.4. Acompanhamento do Contrato

O gestor manterá controle gerencial acerca do atendimento das cláusulas contratuais e manterá comunicação com a contratada através do e-mail ci-seea@tre-sc.jus.br.

6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

7. Critérios de medição e de pagamento

Não se aplica a esta contratação.

8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

9.1. Parcelamento e adjudicação

Trata-se de solução indivisível, de modo que a adjudicação deverá ser realizada por item (único).

9.2. Seleção do fornecedor

A seleção do fornecedor se dará pela proposta de menor preço dentre os proponentes ou licitantes habilitados e classificados.

9.2.1. Critérios de habilitação

Não há requisitos específicos de qualificação técnica ou econômico-financeira.

9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é serviço comum, oferecido por diversos prestadores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.

10. Estimativas do valor da contratação

Item	Descrição resumida	Quant.	Valor unitário	Valor total
1	Licença Software Autodesk Revit, período 1 ano	2	R\$ 12.305,00	R\$ 24.610,00
VALOR ESTIMADO TOTAL				R\$ 24.610,00

11. Alinhamento da contratação



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

11.1. Plano de Contratações Anual

Anexo II - Soluções de TIC.

Item 32 - Subscrição de software BIM para arquitetura (Revit).

11.2. Plano de Logística Sustentável

Aplica-se ao presente processo as disposições estabelecidas no Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ) e respectivo Plano de Ações para o exercício de 2024, direta e indiretamente.

Dentre as ações estabelecidas podemos destacar:

- Contratar software como serviços;
- Monitorar os dados de consumo;
- Promover o desenvolvimento de sistemas informatizados de documentos em substituição aos documentos impressos.
- Interagir de forma eficiente com os sistemas eletrônicos de processos administrativos e/ou judiciais com o objetivo de evitar a impressão.
- Promover o uso de ferramentas virtuais na gestão administrativa para melhor controle, gerenciamento e atendimento de demandas.
- Elaborar relatório periódico de acompanhamento da quantidade de impressões por usuário/unidade.
- Conscientizar o uso das impressões e redução de impressoras.
- Fazer diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para a redução de consumo de energia.
- Aproveitar as condições naturais do ambiente de trabalho – ventilação e iluminação naturais.
- Manter o contrato de energia adequado à real demanda de energia elétrica.
- Adquirir materiais e equipamentos elétricos com melhores classificações de eficiência energética.
- Elaborar cartilha de conscientização visando a economia de energia.
- Avaliar a possibilidade de implantação de usina de energia solar.
- Realizar levantamento e monitorar, semanalmente, a situação das instalações hidráulicas (para evidenciar consumos extraordinários) e propor alterações necessárias para redução do consumo de água potável.
- Implementar o reaproveitamento de materiais oriundos de reformas e construções.
- Adotar requisitos técnicos de construção sustentável nos projetos e contratações de obras e serviços de engenharia.

11.3. Outros instrumentos

Não se aplica a esta contratação.

12. Adequação orçamentária

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
02.122.0033.20GP.0042	3.3.90.40	R\$ 24.610,00
Total		R\$ 24.610,00

13. Descumprimento contratual e penalidades



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública .

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea “a” do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

- a) o atraso injustificado na execução do objeto deste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescidos de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;
- b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- c) a inexecução total do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado.

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

- a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;
- b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;
- c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;
- d) descontada do valor da garantia prestada; ou
- e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "b" a "g", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;
- d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "h" a "l", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou

d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.